PRATICAS/A%20CONTRIBUI CAO%20DA%20LITERATURA%20PARA%20A%20FORMACAO%20CIDADA.pdf >. Acesso em: 21 abr. 2021.

SILVA, I. M. M. Literatura em sala de aula: da teoria literária a prática escolar. Anais do Evento PG Letras. 30 anos, vol. I (1): 514-527. Disponível em: < http://www.pgletras.com.br/Anais-30- Anos/Docs/Artigos/5.%20Melhores%20teses%20e%20disserta%C3%A7%C3% B5es/5.2_Ivanda.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

LORETTO FILHO, J. A importância da Literatura na Educação Infantil. São Paulo: SAE, 2020.

ZILBERMAN, R. O papel da literatura na escola. Via Atlântica, n. 14, dez. 2008. Disponível em: < https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50376 >. Acesso em: 22 abr. 2021.

LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

JAKCILENE XIMENES VIANA

RESUMO

O tema alfabetização e letramento nos leva a refletir sobre tudo o que foi feito até hoje pela educação no Brasil, porém, temos a consciência de que muitas ações devem ser tomadas a respeito deste assunto. Partindo dessa afirmação nosso trabalho tem por objetivo esclarecer como e porque as pesquisas colocam o país em uma das piores posições no ranking relacionado à qualidade de ensino. As fortes evidências da necessidade de letramento na vida diária, no trabalho, nas situações de locomoção de um lugar para o outro, no ir às compras, enfim, no exercício pleno da cidadania, tornaram imperiosa a consideração das habilidades de leitura e escrita em sua dimensão social, fazendo com que os conceitos de letramento, nessa dimensão, baseiam-se em seu valor pragmático, isto é, na necessidade de funcionar em sociedade para transformar relações sociais e suas consequentes práticas.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização; Letramento; Educação; Língua Escrita.

INTRODUÇÃO

De acordo com Soares (2004, p. 47) “o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo alfabetizado e letrado”. Vários teóricos têm confeccionado conceitos de letramento, os quais julgamos fundamentais elencar para melhor entendimento do tema, assim Scribner & Cole postulam que:

Essa noção de prática guia o modo como buscamos compreender o letramento. Em vez de focalizar exclusivamente a tecnologia de um sistema de escrita e suas reputadas consequências (‘escrita alfabética promove abstração’, por exemplo), abordamos o letramento como um conjunto de práticas socialmente organizadas que fazem uso de sistemas simbólicos e tecnológicos para produzi-las e disseminá-las. O letramento não consiste apenas em saber ler e escrever um tipo de escrita particular, mas em aplicar esse conhecimento para propósitos específicos em contextos específicos de uso. A natureza

dessas práticas, incluindo, certamente, seus aspectos tecnológicos, determinarão os tipos de capacidades ('consequências') associadas ao letramento (SCRIBNER & COLE, 1981 p. 236).

Em todas as comunidades do mundo o processo de alfabetização é uma etapa de suma importância para a vida social e escolar do discente, especialmente nos âmbitos em que há valorização da escrita e da interpretação do que se lê, e ainda mais em nossa sociedade que vive em mudança constante de formas de comunicação, exige-se aprender a interpretar, a questionar, a escrever textos e compreendê-los, ou seja, refletir sobre a sua própria escrita.

Muito se fala sobre a educação no Brasil e podemos perceber que há uma preocupação constante com a alfabetização. É nesta direção que seguiremos com esta pesquisa, cujo tema abre o seguinte questionamento como: qual o papel da família, das autoridades e dos educadores no atual cenário da educação brasileira?

Devemos considerar que crianças que vivem em ambiente onde leitura e escrita estão presentes, apresentam uma facilidade maior em sua alfabetização. A criança que tem contato com o mundo letrado terá a oportunidade de desenvolver o letramento, fase em que esta coloca a decifração do código alfabético em função de sua leitura de mundo. Neste aspecto se evidencia o papel da escola e da família, para proporcionar o contato direto com o universo letrado, que proporcionarão à criança a ressignificação da simples decodificação das letras do alfabeto desenvolvendo potencialidades e formas de usar essas competências para escutar o mundo, em suas diferentes manifestações.

À medida que o analfabetismo vai sendo superado, que um número cada vez maior de pessoas aprende a ler e a escrever, e à medida que, concomitantemente, a sociedade vai se tornando cada vez mais centrada na escrita (cada vez mais grafocêntrica), um novo fenômeno se evidencia; não basta aprender a ler e escrever. As pessoas se alfabetizam, aprendem a ler e a escrever, mas não necessariamente incorporam a prática da leitura e da escrita, não necessariamente adquirem competência para usar a leitura e a escrita, para envolver-se com práticas sociais de escrita (SOARES, 2006 pp. 45-46).

Ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita denomina-se letramento que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos – para informar-se, para interagir com outros, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para apoio à memória, para catarse...; habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos, habilidades de orientar-se pelos protocolos de leitura que marcam o texto ou de lançar mão desses protocolos, ao escrever, atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, tendo interesse e prazer em ler e escrever, sabendo utilizar a escrita para encontrar para ou fornecer informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada, segundo as circunstâncias, os objetivos, o interlocutor [...], (SOARES, 2003, p. 92).

Práticas de letramento a se ensinar são aquelas que, entre as numerosas que ocorrem nos eventos sociais de letramento, a escola seleciona para torná-los objetos de ensino, incorporada aos currículos, aos programas, aos projetos pedagógicos, con-

cretizadas em manuais didáticos, práticas de letramento ensinadas são aquelas que ocorrem na instância real da sala de aula, pela tradução dos dispositivos curriculares e programáticos e das propostas dos manuais didáticos em ações docentes, desenvolvidas em eventos de letramento que, por mais que tentem reproduzir os eventos sociais reais, são sempre artificiais e didaticamente padronizados, práticas de letramento adquiridas são aquelas, de que, entre as ensinadas, os alunos efetivamente se apropriam e levam consigo para a vida fora da escola (SOARES, 2003, p.108).

As práticas de letramento fora da escola têm objetivos sociais relevantes para os participantes da situação. As práticas de letramento escolares visam ao desenvolvimento de habilidades e competências no aluno e isso pode, ou não, ser relevante para o estudante. Essa diferença afeta a relação com a língua escrita e é uma das razões pelas quais a língua escrita é uma das barreiras mais difíceis de serem transpostas por pessoas que vêm de comunidades em que a escrita é pouco ou nada usada (KLEIMAN, 2005, p. 33).

A preocupação de países desenvolvidos, assim como de países em desenvolvimento, em medir os índices de letramento das pessoas comprova que qualificações de desenvolvimento são realizadas, levando em conta, entre vários indicadores o domínio de saber ler e escrever. Pode- se ressaltar que, a alfabetização trabalha com a aquisição da escrita por uma pessoa ou grupo, já o letramento tem por objetivo focalizar aspectos sócios históricos da aquisição de um sistema que seja escrito por uma determinada sociedade, respondendo às seguintes questões básicas: - quais mudanças sociais e discursivas ocorrem em um grupo de pessoas quando ela se torna letrada? - Grupos sociais não-alfabetizados que vivem em um grupo letrado podem ser caracterizados do mesmo modo que aqueles que vivem em sociedades “iletradas”? - Como estudar e caracterizar grupos não-alfabetizados cujo conhecimento e cultura estão perpassados pelos valores de um grupo letrado?

O discurso da importância de se considerar os usos e funções da língua escrita com base no desenvolvimento de atividades significativas de leitura e escrita na escola foi bastante difundido a partir da década de oitenta. No que diz respeito à alfabetização especificamente, surge o conceito de “analfabetismo funcional” para caracterizar aquelas pessoas que, tendo se apropriado das habilidades de “codificação” e “decodificação”, não conseguiam fazer uso da escrita em diferentes contextos sociais. Assim, o fenômeno do analfabetismo passou a envolver não só aqueles que não dominavam o sistema de escrita alfabética, mas também as pessoas com pouca escolarização. Nos últimos vinte anos, principalmente a partir da década de 1990, o conceito de alfabetização passou a ser vinculado a outro fenômeno: o letramento […] é a versão para o Português da palavra de língua inglesa literacy, que significa o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e a escrever (SANTOS E MENDONÇA, 2007 p.16).

É importante ressaltar que, estudos que tratam a respeito do letramento não se restringem especificamente às pessoas que já adquiriram a escrita, mas busca compreender as consequências que há na ausência da escrita de pessoa para pessoa, individualmente, remetendo ao social amplamente, procurando ver se as características da estrutura social se relaciona com os de-

mais fatos. Pode-se ressaltar que, o fato de ter ou não ter a presença da escrita numa sociedade são fatores importantes, atuando como causa e consequência das transformações sociais, culturais e psicológicas.

O analfabetismo caracteriza-se pela impossibilidade de compreender ou de produzir uma mensagem escrita simples [...] O analfabetismo funcional refere-se à mesma impossibilidade, porém envolve pessoas com vários anos de escolaridade que dominaram essas técnicas de correspondências grafo-fonética num certo período de sua vida, mas que perderam esse domínio por falta de uso e de exercícios com elas. [...] O iletrismo se caracteriza pelo afastamento em relação às redes de comunicação escrita, pela falta de familiaridade com livros e jornais, pela exclusão do indivíduo das preocupações e respostas contidas na elaboração da coisa escrita (FOUCAMBERT,1994, p.118).

Cabe à escola, por meio da educação formal, inserir os indivíduos no universo da alfabetização, preparando-os para ler, interpretar e também escrever. Desse modo, ao final, do ensino básico, o aluno deveria estar apto para inserir-se e interagir na sociedade alfabética:

O leitor deverá em primeiro lugar decifrar a escrita, depois entender a linguagem encontrada, em seguida decodificar todas as implicações que o texto tem e, finalmente, refletir sobre isso e formar o próprio conhecimento e opinião a respeito do que leu. A leitura sem decifração não funciona adequadamente, assim como sem a decodificação e demais componentes referentes à interpretação, se torna estéril e sem grande interesse (CAGLIARI, 1993, p. 150).

Em qualquer momento, ao ingressar na alfabetização, cria-se expectativas de sua iniciação ao processo complexo de alfabetização, nesse processo é claro que há a necessidade da memorização das letras, sílabas, expressões escritas, uma etapa de grande importância para a vida social e escolar, especialmente nos contextos em que há valorização da escrita e da interpretação. Para poder ter condições de escrever, hoje se espera muito mais do educando, a reflexão sobre o funcionamento da linguagem é parte integrante para um bom desenvolvimento da aprendizagem de criança.

Retomemos a grande diferença entre alfabetização e letramento e entre alfabetizado e letrado um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que saber ler e escrever, já o indivíduo letrado, indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita (SOARES, 2006, p.39-40).

Também Kleiman compactua com a tese de que o letramento tem dimensão social, quando afirma que “Podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos” (KLEIMAN, 2005, p.19).

A criação, a participação e a interação das crianças com o ambiente é que vão torná-lo alfabetizador, de nada adianta uma sala lindamente enfeitada somente com materiais comprados pela professora, os quais os alunos não podem tocar ou ter contato, logo: “[...] um ambiente é alfabetizador quando promove um conjunto de situações

de usos reais de leitura e escrita das quais as crianças têm oportunidade de participar" (RCNEI; SEF, 1998, p. 154).

A escola tem um papel fundamental na vida do educando, porém é de grande relevância citar a família como continuação do processo educativo, haja vista o artigo 2º do LDB, a educação: "dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana``. Apesar de vivermos em uma sociedade que acredita que a escola é única e principal responsável por esta etapa da vida de uma criança.

Dessa forma, a escola deve proporcionar o desenvolvimento da criança, gestando seus conhecimentos a partir da realidade e a vivência familiar de cada sujeito.Esse processo escolar pôde ser observado quando estudamos e vivenciamos a prática pedagógica do Curso de Pedagogia. Pois aprendemos que a teoria e a prática são diferentes, mas ambas se completam:

Existem duas maneiras de se ensinar a leitura e a escrita. A primeira maneira chamará de Alfabetização Restringida e a segunda de Alfabetização Generalizada. A primeira geralmente vem associada à aprendizagem do ensino do código alfabético e a outra está mais associada ao uso social de deste código (TEBEROSKY- 1985; 34).

OS REFLEXOS EDUCACIONAIS

A falta de uma política realmente comprometida com os resultados faz com que nossas crianças tenham um rendimento insatisfatório, gerando índices alarmantes como os apresentados até agora.

Segundo Soares (2003, p.14) "Nenhum progresso nas últimas décadas. Somos um país que vem reincidindo no fracasso da alfabetização." Para reverter esta situação, é imprescindível que medidas imediatas sejam tomadas em relação à educação brasileira.

Assim sendo, devemos olhar de uma forma diferente para a Educação Infantil, já que até pouco tempo esta fase escolar era vista pela comunidade como "a fase da brincadeira", ou a fase da "adaptação escolar" (grifo meu). Porém é de grande relevância que se deva considerar esta, como fase mais importante na Alfabetização e no Letramento na vida do educando.

Cabe aos educadores planejar com cuidado momentos de contato prazeroso e eficiente com a leitura e a escrita. Quanto maior o contato, mais interesse, curiosidade infantil sobre o mundo letrado e maior significado a escola terá para esta criança.

Diante das práticas de ensino até hoje utilizadas, sejam as restritas ou aos velhos métodos de alfabetização, busca-se o ideal que seria alfabetizar letrando, considerando desde a Educação Infantil, os primeiros traços, atentando-se para colocar estas crianças em contato direto com a escrita, para que esta nova geração tenha condições de destacar-se na sociedade, sendo capaz de transformar sua realidade social e econômica.

É muito comum que as pessoas associam o letramento à escolarização, mas aquelas pessoas analfabetas poderão ser letradas. A escolarização se dá quando foi possível o acesso à escola, já o letramento ocorre com base em necessidades e experiências vivenciais do dia-a-dia.

Portanto um analfabeto poderá ser letrado, o que não quer dizer que ele de alguma forma não tenha estudado. De acordo com o

autor muitos locais poderão proporcionar o letramento, como as atividades de uma Igreja, no bar da esquina numa roda de amigos (as), no trabalho, no sindicato, no ônibus etc. Mas como isso ocorre? É simples, quando há uma determinada necessidade o ser humano tem a capacidade de criar condições para se integrar ao meio:

"O letramento abrange o processo de desenvolvimento e o uso dos sistemas da escrita nas sociedades, ou seja, o desenvolvimento histórico da escrita refletindo outras mudanças sociais e tecnológicas, como a alfabetização universal, a democratização do ensino, o acesso a fontes aparentemente ilimitadas de papel, o surgimento da internet" (KLEIMAN, 2005-p. 25).

A observação e análise do que as crianças escrevem deixam claro que elas também querem utilizar o código escrito e quando elas pegam lápis e papel para imprimir marcas, imitando a escrita, elas estão se aventurando no mundo do ler e escrever. O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil traz como objetivos da linguagem escrita para a criança desta faixa etária os seguintes tópicos:

- Ampliar gradativamente suas possibilidades de comunicação e expressão, interessando-se por conhecer vários gêneros orais e escritos e participando de diversas situações de intercâmbio social nas quais possa contar suas vivências, ouvir as de outras pessoas, elaborar e responder perguntas.

- Familiarizar-se com a escrita por meio do manuseio de livros, revistas e outros portadores de texto e da vivência de diversas situações nas quais seu uso se faça necessário.

- Interessar-se por escrever palavras e textos ainda que não de forma convencional.

- Reconhecer seu nome escrito, sabendo identificá-lo nas diversas situações do cotidiano (RCNEI, 1998).

Diante do exposto no documento oficial, a aventura precisa ser valorizada e patrocinada por meio de um ambiente alfabetizador, o objetivo é pensar em ambientes onde o contato com material escrito aconteça, espaços onde se possa folhear um livro emitindo sons e gestos, escrever em blocos de papéis, utilizando-se da caixa de recados, etc. O gosto e o prazer pelo mundo letrado serão incentivados e as condições de exploração deste universo, serão garantidas por meio de uma prática reflexiva de um educador que vê e escuta as necessidades de seus alunos (RCNEI, 1998).

Nessa convivência, elas vão construindo sua alfabetização e seu letramento: seu conceito de língua escrita, das funções do ler e escrever, seu conhecimento de letras e números [...] Além dos conceitos e conhecimentos, as crianças também vão construindo, em seu contexto social e familiar, o interesse pela leitura e pela escrita, bem como o desejo de acesso ao mundo da escrita (REVISTA PÁTIOEDUCAÇÃO INFANTIL- Ano VII - Nº 20- Jul/Out 2009).

LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO

Nesta perspectiva o homem primitivo utilizava o fogo, caça, para assim registrarem seus acontecimentos através de pinturas rupestres (gravuras), não tinham a linguagem como conhecemos hoje, pois representavam sua vivência e necessidades: "Nesta época de escrita primitiva, ser alfabetizado significava saber ler o que aqueles símbolos signi-

ficavam e ser capaz de escrevê-lo, repetindo um modelo mais ou menos padronizado, mesmo porque o que se escreve era apenas um tipo de documento ou texto" (CAGLINI, 1998, p. 14).

Dizer que quem inventou a escrita foi a leitura: um dia numa caverna, o homem começou a desenhar e encheu as paredes com figuras, representando animais, pessoas, objetos e cenas do cotidiano ["...]" (CAGLINI, 1998, p. 13-14).

O ser humano já em seu primeiro dia de vida interage com o processo de construção, que influenciará em sua alfabetização, pois a assimilação e desenvolvimento fazem parte da leitura do mundo, da necessidade de experimentar, vivenciar e compreender. "quando ela leva um objeto à boca, quando agarra, puxa e encaixam objetos, quando ouve e imita sons etc., ela está lendo" (LIMA, 1996, p. 63).

Percebe-se que a alfabetização é se apropriar do código como um instrumento para ler e escrever, sendo um trabalho em conjunto com a responsabilidade da escola e da família, o processo está situado não só na codificação e decodificação que é interpretar, entender, produzir textos de uma maneira mais a abrangente. Segundo dados estatísticos a alfabetização escolar no Brasil vem apresentando dificuldades principalmente com relação aos anos iniciais, o fracasso escolar, expresso na repetência e na evasão escolar tem se tornado um fenômeno recorrente. Reconhecemos que os problemas referentes à alfabetização fazem parte de um conjunto maior, que vão da economia à política social: desigualdades sociais, prioridades de investimentos, formação de professores, gestão educacional e escolar, entre outros (LERNER, 2002, p.73).

Mas, reconhecemos também que a alfabetização, tem recebido contribuições significativas, nas últimas décadas, tanto da Pedagogia como de outras áreas do conhecimento, principalmente, da Psicologia e da Linguística e estes conhecimentos provavelmente, podem ter influenciado o cotidiano dos professores alfabetizadores das escolas (LERNER, 2002, p.73).

Desde meados dos anos 80, estudos nos informam sobre as hipóteses que as crianças constroem a respeito da língua escrita, tentando compreendê-la. Se até então, o método de alfabetização era o mais importante, pois as questões se reduziam ao como ensinar, essas pesquisas nos levam a refletir sobre como as crianças aprendem a descobrir o que já sabem, para, a partir dessas informações, ensiná- -lãs o que ainda não sabem. Segundo Ferreiro (2001, p. 41),

As mudanças necessárias para enfrentar sobre bases novas a alfabetização inicial não se resolvem com um novo método de ensino, nem com novos testes de prontidão nem com novos materiais didáticos. É preciso mudar os pontos por onde nós fazemos passar o eixo central das nossas discussões. Temos uma imagem empobrecida da língua escrita: é preciso reintroduzir, quando consideramos a alfabetização, a escrita como sistema de representação da linguagem. Temos uma imagem empobrecida da criança que aprende: Reduzimos um par de olhos, um par de ouvidos, uma mão que pega um instrumento para marcar e um aparelho fonador que emite sons. Atrás disso há um sujeito cognoscente, alguém que pensa, que constrói interpretações, que age sobre o real para fazê-lo seu (FERREIRO, 2001, p. 41).

De acordo com o processo descrito anteriormente, no início do ano letivo e ao

longo do processo de alfabetização, é necessário investigar o que o aluno já sabe e fazê-lo refletir sobre seus conhecimentos a fim de que avance nas aprendizagens. O aluno é ativo em seu processo de alfabetização, logo é fundamental saber o que pensa a respeito do sistema de escrita, identificando a hipótese na qual se encontra para, a partir dela, conduzi-lo à reflexão e avanço no seu conhecimento. É importante ressaltar que a diagnose deve ser constante a fim de se reavaliar os caminhos de forma a perceber avanços e entraves e pode fazer interferências de forma eficaz. Conhecendo o que o aluno sabe, o professor organizará suas atividades didáticas, formulará perguntas que o ajudará a refletir sobre suas hipóteses e avançar em suas aprendizagens. Interações com os colegas de turma, formando grupos produtivos auxiliam a confrontar ideias e resolver situações conflitantes individuais (FERREIRO, 2001, p. 41).

A palavra letramento é a tradução da palavra inglesa literacy, que é o estado que assume aquele que aprende a ler e escrever e está relacionada com a escolarização e seu sucesso. Sua utilização no vocabulário da Educação e das Ciências Linguísticas foi inserido em meados dos anos 80, nos Estados Unidos, e foi utilizado pelo exército norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial para indicar a capacidade de os soldados entenderem instruções necessárias à realização de tarefas militares (PELANDRÉ, 2002).

Vale mencionar que, conforme lembra Tfouni (2005, p. 20), “A alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, enquanto, o letramento focaliza os aspectos sócio históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade”. As crianças podem usar recursos da escrita em momentos de fala, mesmo antes de ser alfabetizado, este aprendizado se dá a partir da convivência dos indivíduos (jovens e adultos), com materiais escritos disponíveis e com as práticas de leitura e de escrita da sociedade em que vivem.

Embora diferentes, os processos de leitura e escrita são complementares e centrais à compreensão do conceito de letramento. A pessoa letrada é aquela que possui o conhecimento da leitura, não significando que seja está, alfabetizada, a pessoa que é letrada é a que sabe o que está “vendo”, sabe a língua, mas não sabe interpretar, codificação. Portanto, não basta saber ler e escrever é necessário fazer uso do que se lê e se escreve. Na dimensão social, são consideradas as práticas de leitura e de escrita necessárias aos indivíduos em determinado contexto social. Essas práticas estão associadas ao que uma pessoa faz com as capacidades e as habilidades de leitura e escrita que têm desenvolvidas nas múltiplas situações em que o letramento é requerido (PELANDRÉ, 2002).

De acordo com Ferreiro (2001) a autora afirma que: “a criança deve percorrer quatro etapas da psicogênese da língua escrita, são elas”:

- hipóteses pré-silábica;
- hipótese silábica;
- hipótese silábico-alfabética
- hipótese alfabética.

Uma das fases mais importantes da criança na alfabetização, sem dúvida é a primeira etapa, onde a mesma terá início as letras, aos sons, ao reconhecimento, gráfico, numérico, silábico, pois na hipótese pré-silábica assim chamada a primeira hipótese da criança, a mesma passa por uma tentativa de escrita, isto é, sua imaginação produz escritas próprias, como as garatujas, com a intenção de passar para o papel algum tipo de registro escrito, até porque não compreende, ainda, que as letras representam sons (FERREIRO, 2001).

Portanto, na última fase chamada hipótese alfabética a autora, afirma que a criança já passou os níveis anteriores e já tem um domínio próprio dos caracteres do alfabeto, conseguindo fazer o uso devido das palavras e suas respectivas letras, sendo assim, uma fase final para um entendimento de formações de letras, com sílabas formando sons e palavras, entendo a leitura e a escrita (FERREIRO, 2001).

Entretanto, quando o professor tem o domínio e o total conhecimento desses processos de compreensão da criança onde se possibilita ao professor um imenso instrumento para identificar momentos propícios de intervenção e da previsão de quais são os conteúdos necessários para promover avanços no conhecimento, portanto, estes processos de conhecimentos são específicos em razão da fase individual de cada criança, ou seja, cada um necessita do seu momento para ler e escrever, e o momento do professor entender seu desenvolvimento cognitivo e, por consequência, a construção do conhecimento em relação à escrita e leitura, sendo crucial a sua alfabetização, portanto, o papel que o professor desempenha precisa de uma flexibilidade para que possa ensinar de forma a atender as peculiaridades dos seus alunos (FERREIRO, 2001).

A oportunidade de estar em um ambiente planejado e cuidado para elas, pensando de forma humanizadora, buscando ser um espaço de promoção da vida, do crescimento, do desenvolvimento e da aprendizagem, sem perder de vista que isso terá também consequências positivas para todos os demais atores envolvidos nesse processo de promoção/construção da qualidade, no âmbito da instituição educativa e das famílias dessas crianças (SOUZA, 2005, p. 122).

A leitura, como prática social, é sempre um meio, nunca um fim. Ler é resposta a um objetivo, a uma necessidade pessoal. Fora da escola, não se lê só para aprender a ler, não se lê de uma única forma, não se decodifica palavra por palavra, não se responde a perguntas de verificação do entendimento preenchendo fichas exaustivas, não se faz desenho sobre o que mais gostou e raramente se lê em voz alta. Isso não significa que na escola não se possa eventualmente responder perguntas sobre a leitura, de vez em quando desenhar o que o texto lido sugere, ou ler em voz alta quando necessário. No entanto, uma prática constante de leitura não significa a repetição infindável dessas atividades escolares (BRASIL: 1997, p. 41)

Não basta denunciando, como se costuma crer no Brasil, um alto número de pessoas que não sabem ler e escrever (fenômeno a que nos referimos nós, brasileiros, quando denunciamos o nosso ainda alto índice de analfabetismo), mas estão denunciando um alto número de pessoas que evidenciam não viver em estado ou condição de quem sabe ler e escrever, isto é, pessoas que não incorporam os usos da escrita, não se apropriaram plenamente das práticas so-

ciais de leitura e de escrita: em síntese, não estão se referindo a índices de alfabetização, mas a níveis de letramento (SOARES, 2001, p. 22-23)

Assim o indivíduo que tem o acesso aos materiais de leitura e escrita e que faz uso indiretamente desse material, de certa forma, ele é letrado:

Da mesma forma, a criança que ainda não se alfabetizou, mas já folheia livros, finge lê-los, brinca de escrever, ouve histórias que lhe são lidas, está rodeada de material escrito e percebe seu uso e função, essa criança é ainda "analfabeta", porque não aprendeu a ler e a escrever, mas já penetrou no mundo do letramento, já é de certa forma, letrada (SOARES, 2011, p.24).

O educador tem um papel fundamental de tornar suas aulas desafiadoras e interessantes que promovam pesquisas e descobertas. Essa ajuda concretiza - se por meio de um ambiente rico e variado, que favoreça o aparecimento ou o desenvolvimento daquela aprendizagem e por meio de momentos precisos de organização do conhecimento adquirido. A aprendizagem acontece de maneira eficaz quanto mais à criança tem acesso a esses materiais e as situações de usos da leitura e da escrita, mas ela será levada a construção de seu conhecimento (FERREIRO, 1982/2001).

A impressão que se tem, segundo Ferreiro é que existe um receio de que a criança já saiba muitas coisas a respeito da escrita antes de entrar na escola e, consequentemente, este saber iria atrapalhar todo o processo de ensino. A ideia subjacente a esse raciocinar e ainda muito difundida é a seguinte: A instituição social criada para controlar o processo de aprendizagem é a escola. Logo, a aprendizagem deve realizar - se na escola. Para Ferreiro (1982/ 2001):

Nenhuma prática pedagógica é neutra. Todas estão apoiadas em certo modo de conceber o processo de aprendizagem e o objeto dessa aprendizagem. São provavelmente essas práticas (mais que os métodos em si) que tem efeitos mais duráveis a longo prazo, no domínio da língua escrita como em todos os outros. Conforme se coloque a relação entre o sujeito e o objeto de conhecimento, e conforme se caracterize ambos, certas práticas aparecerão como "normais" ou como "aberrantes". É aqui que a reflexão psicopedagógica necessita se apoiar em uma reflexão epistemológica (FERREIRO, 2001, p.31).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso considerar o fato de que o professor, quando se torna comprometido com o aluno e com uma educação de qualidade, fazendo do aluno alvo do processo ensino-aprendizagem, e cumprindo seu papel de orientador e facilitador do processo, legítima assim a teoria de uma facilitação da aprendizagem, através da interação entre sujeitos, ultrapassando, desse modo, a mera condição de ensinar.

Na realidade, a prática docente tem uma parcela não só significativa na relação professor e aluno, mas quase que definitiva em todo o processo. A arrogância didática do detentor do saber e a "segurança" que o mesmo tem de que seu poder, seu conhecimento ilimitado são suficientes, pode produzir um aprendizado equivocado e covarde, uma vez que este acredita que a culpa é somente do aluno quando os resultados não condizem

com as suas expectativas.

Colello (2003) enfatiza que se rejeitarmos as explicações que culpam o fracasso escolar, se admitisse que os chamados "problemas de aprendizagem" se explicam muito mais pelas relações estabelecidas na dinâmica da vida estudantil, se o desafio do ensino pudesse ser enfrentado valendo – se por base da necessidade de compreender a importância de considerar as experiências da vida cotidiana de cada aluno, para com ele estabelecer uma relação dialógica, significativa e compromissada com a construção do conhecimento, pois o trabalho desenvolvido com a alfabetização demonstra que não se trata de aplicar esforços cognitivos em benefício de uma determinada técnica, mas com base em formulações conceituais para analisar e refletir sobre a prática. Baseado nestes conceitos, talvez fosse possível compreender melhor o significado e a verdadeira extensão da não aprendizagem e do quadro de analfabetismo no Brasil: "Na dificuldade de lidar com a lógica do "aprender primeiro para depois ver para que serve", muitos alunos parecem pouco convencidos a mobilizar os seus esforços cognitivos em benefício do aprender a ler e a escrever" (CARRAHER; CARRAHER; SCHLIEMANN, 1989; COLELLO, 2003, COLELLO e SILVA, 2003, p. 27).

Diante do assustador fracasso escolar, na área da alfabetização, encontramos em Soares (2003), que é preciso realmente afirmar que estamos em busca de um método, mas de um método no conceito verdadeiro, que seja o resultado da determinação clara de objetivos definidores dos conceitos, habilidades, atitudes que caracterizam a pessoa alfabetizada, numa perspectiva psicológica, linguística, social e política, é necessário uma concepção de alfabetização transformadora, isto é que transforma o material, o objetivo e as relações sociais com que se alfabetiza, compreender a criança como sujeito ativo que constrói o conhecimento externo, enfim, que seja o resultado da definição de ações, procedimentos, técnicas compatíveis com esse objetivo e com essa opção teórica (SOARES, 2003, p.95-96).

No cotidiano escolar cabe ao professor assumir o desafio e favorecer a descoberta de muitos e variados eventos de leitura e de escrita, transformando a sala de aula em um ambiente alfabetizador e associar-se ao sistema alfabético com a vivência cotidiana de práticas reais de leitura e escrita, criando condições que possibilitem que seus alunos atuem como leitores e escritores desde o início da escolaridade (SOARES, 2003).

A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino, amparada por lei e voltada para pessoas que não tiveram acesso, por algum motivo, ao ensino regular na idade apropriada. Porém, são pessoas que têm cultura própria. Sabe-se que o papel docente é de fundamental importância no processo de reingresso do aluno às turmas de EJA. Por isso, o professor da EJA deve, também, ser um professor especial, capaz de identificar o potencial de cada aluno. O perfil do professor da EJA é muito importante para o sucesso da aprendizagem do aluno adulto que vê seu professor como um modelo a seguir.

Ensinar a ler para além de decodificar, mas para se apropriar das mais diversas leituras existentes na várias esferas sociais é um desafio constantemente enfrentado por educadores de todo o país. Assim o ensino da leitura (processo de alfabetização) não pode ser vazio de significados, deve, porém, ser trabalhado como prática social (letramen-

to) em ambientes alfabetizadores que favoreçam seu progresso.

Entretanto, a partir da pesquisa realizada, verificou-se que existe uma carência de propostas de situações significativas de práticas de leitura e escrita, bem como da montagem e organização de ambientes alfabetizadores. Ainda que, nos meios acadêmicos, os temas já estejam bastante discutidos e analisados, a prática de sala de aula, muitas vezes não está em consonância com a teoria, seja por questões de ordem pedagógica ou logística, uma vez que, nas escolas, estes ambientes são utilizados concomitantemente por diferentes faixas etárias.

Em outras palavras, a proposta de alfabetizar letrando em ambientes alfabetizadores configura uma valorosa opção não somente para tornar os processos de alfabetização e letramento mais rápidos, eficazes, lúdicos e significativos, mas, acima de tudo, alfabetizar a todos: os que estão na idade certa e os que não o foram na época devida.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R. G. A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. In. J. R. G. AQUINO (Org.) Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus editorial, 1996.

ARAÚJO, Mairce S. Ambiente alfabetizador: a sala de aula como entre-lugar de culturas. In: ARAÚJO, V.; RODRIGUES, S. H. Alfabetização na era digital: olhos e ouvidos imaginários. Ano 2007. Disponível em: http://www.abed.org.br/ congresso2007/ tc/426200732202PM.pdf. Acesso em: 01 de junho de 2021.

BARBOSA, J. J. (1990) Alfabetização e Leitura. São Paulo: Cortez

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. Departamento da Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Conhecimento de Mundo. v. 3, Brasília, 1998.

CECCON, et al. A vida na escola e a escola da vida, 33. ed. Rio de Janeiro - Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUÍ, M. Ventos do progresso: a universidade administrada. In: Prado Jr. et al Descaminhos da Educação. São Paulo: Cortez, 1998.

COLELLO, S. M. G. “A pedagogia da exclusão no ensino da língua escrita” In VIDETUR, n.

23. Porto/ Portugal, Mandruvá, 2003, pp. 27.

COLL, C. et al. O construtivismo na sala de aula. São Paulo: Ática, 1996.

FERREIRO, E. (1990) A GARCIA, Regina Leite. Mais uma vez alfabetização. In: TRAVERSINI, Clarice; EGGERT, Edla; PERES, Eliane; BONIN Iara (orgs). Trajetórias e processos de ensinar a aprender: práticas e didáticas. Livro 2. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2008. p. 564-579.

FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 1982/ 2001.

FREIRE P. Conscientização. Teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

LIBÂNEO José Carlos: Democratização da escola pública-A pedagogia crítico